

LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, SEXTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2022 EDIÇÃO Nº 36 | ANO 3 | 10.000 EXEMPLARES

Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Diretoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

Orçamento de 2023 é aprovado pelos deputados

Páginas 4 e 5. Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa a despesa do Estado, foi aprovada pelos deputados nesta quinta-feira 15. Previsão é de R\$ 17,99 bilhões em receitas.



SAÚDE. 10 E 11

Emenda de R\$ 7 milhões irá para a realização de cirurgias

TRICAMPEONATO. 12 E 13

Assembleia lança revista e destaca Prêmio Unale

RECONHECIMENTO. 14

AL entrega medalhas de Mérito a personalidades



Imprescindível para o bom funcionamento da administração pública, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2023 foi definida nesta semana pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte em uma das últimas sessões do ano. Ela projeta a receita e fixa as despesas do exercício financeiro, decidindo a forma como a administração pública deve arrecadar e direcionar recursos públicos de acordo com as necessidades do Estado.

A LOA prevê os orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimentos das estatais. Ela é dividida por temas, como saúde, educação e transporte e prevê o quanto o governo deve arrecadar para que os gastos planejados para estas áreas possam ser executados. A verba prevista para ser direcionada a estas necessidades vem de tri-

Saiba o que é a LOA e para quê ela serve

Aprovada nesta quinta-feira 15 por unanimidade em Plenário na Assembleia Legislativa, Lei Orçamentária Anual (LOA) vai ditar ações do Governo do Estado do RN com base na arrecadação

butos, como impostos, taxas e contribuições.

“Esse planejamento é a estimativa de receita, do que é arrecadado em impostos, taxas, a previsão de gastos, e a necessidade que cada órgão passa para o governo. Quando ela vem ser discutida, os deputados se debruçam, estudam para ver se

esta necessidade é compatível com a LDO, onde o governo tem apresentado suas necessidades, e pode haver remanejamento onde os deputados acham que há necessidade de investimento. Serve de base para que o governo aplique a distribuição no ano seguinte”, explicou Sérgio Freire, procurador-geral da

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Entre os assuntos obrigatórios abordados pela LOA estão a previsão de receitas e a fixação de despesas; autorizações para abertura de créditos suplementares e para realização de operações de créditos são consideradas opcionais. Vale ressaltar

que a Lei Orçamentária Anual é de iniciativa do poder Executivo, e cabe ao Legislativo propor alterações e emendas, ficando impossibilitado de apresentar um projeto de Lei próprio. Basicamente o governo elabora um projeto de lei que contempla a previsão de receitas e fixação de despesas para 2023.

O caminho percorrido até a execução, de fato, da lei, é dividido em algumas etapas. O primeiro passo começa com o governo elaborando um projeto de lei que contempla, ao menos de maneira mínima, a previsão de receitas e determinando as despesas para o próximo ano. Em seguida, este projeto de Lei é enviado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, onde é alvo de discussão por atores envolvidos, como os parlamentares e membros da sociedade civil.



Procurador-geral da ALRN Sérgio Freire destacou prioridades da LOA 2023

Caso seja necessário, os deputados estaduais podem propor alterações ao projeto de lei. Em seguida, ele segue para votação na Casa e se aprovado, cabe ao Executivo estadual publicar em Diário Oficial. O próximo passo é executar esta Lei no próximo ano, uma vez que ela já é válida. Freire também apontou as áreas cujas necessidades de orçamento devem ser tratadas como prioridade para 2023. “Saúde, educação, segurança, as mais necessárias para atendimento na sociedade”, afirmou.

Entre os benefícios gerados pela LOA estão o melhor uso do dinheiro público, já que os gastos previstos vão estar em sintonia com as necessidades do estado; melhor eficiência nos gastos, já que prevê despesas que estejam em acordo com o que foi arrecadado, priorizando demandas mais urgentes; transparência das contas públicas, facilitando a prestação de contas das ações públicas e responsabilidade fiscal, já que uma LOA bem planejada oferece subsídios para que o município fique

em conformidade com a Lei.

LDO e PPA. Outro fato importante é que a LOA é orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que aponta as prioridades do governo para o próximo ano. A LDO serve como uma espécie de ajuste anual das metas colocadas pelo Plano Plurianual (PPA), e algumas das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias são o quanto deve ser o superávit primário do governo para aquele ano e também reajustes nas cobranças de tributos. Outro ponto a ser definido pela LDO é a política de investimento da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN-RN).

Ambas estão ligadas ao PPA, que traz as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, prevendo as grandes obras públicas a serem realizadas nos próximos quatro anos. O Plano deve ser elaborado de forma criteriosa, uma vez que tem validade de quatro anos e deixa claro o objetivo que deve ser alcançado ao final deste período.



LOA possibilita melhor uso do dinheiro público

Deputados aprovam LOA de 2023 por unanimidade; receita é de R\$ 17,9 bilhões

Previsão é de R\$ 18,23 bilhões em despesas; ou seja, o déficit chega a R\$ 234,8 milhões

A Lei Orçamentária Anual 2023, que estima a receita e fixa a despesa do Estado, foi aprovada pelos deputa-

dos estaduais na sessão plenária desta quinta-feira 15 na Assembleia Legislativa. A previsão é de R\$ 17,99 bilhões em recei-

tas e R\$ 18,23 bilhões em despesas, com déficit orçamentário de R\$ 234,8 milhões.

Desse montante da LOA de

2023, R\$ 14,58 bilhões são do orçamento Fiscal e cerca de R\$ 3,41 bilhões do orçamento da Seguridade Social. A LOA 2023

é superior em cerca de R\$ 2 bilhões ao orçamento anterior, que foi de R\$ 15 bilhões.

A proposta do governo de abrir créditos suplementares de 15% do valor do orçamento durante o exercício financeiro de 2023 foi mantida. Na apresentação do relatório, o deputado Getúlio Rêgo (PSDB) afirmou que na Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF) não houve impedimento à admissibilidade da matéria.

O relator também chamou a atenção para o momento financeiro do RN: "Vivemos não só a escassez econômica e financeira, mas a escassez de expectativas da redução das despesas que mais impactam no orçamento público, como as despesas com pessoal e previ-



Sessão na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte contou com a presença dos deputados estaduais na tarde desta quinta-feira 15, data em que foi aprovada a Lei Orçamentária Anual de 2023



Subtenente Eliabe falou sobre a Segurança Pública na sessão



Ezequiel Ferreira elogiou todos os envolvidos no projeto da LOA



Francisco do PT afirmou que houve consenso para a matéria

denciária”, observou.

Na discussão, o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), parabenizou o relator, os servidores e parlamentares das comissões nas quais o projeto tramitou: “Parabéns a todos pelo brilhante trabalho, a todos os que se dedicaram a essa peça, que vai sem dúvida nenhuma dar o norte do Estado no que tange a investimentos”, afirmou. “Fizemos diversas reuniões, recebemos contribuições e chegamos a um consenso”, completou o relator Getúlio Rêgo.

Durante o debate da LOA, o deputado Francisco do PT elogiou o processo de redação do relatório, conduzido pelo deputado Getúlio Rêgo. “Não posso deixar de agradecer o comportamento de Getúlio. Designado relator, ele poderia simplesmente ter produzido um relatório da maneira que ele achasse mais conveniente. Mas o deputado Getúlio abriu a possibilidade de um diálogo, que foi inclusive subsidiado pela equipe técnica. Recebemos inúmeras contribuições e chegamos a um denominador comum. Fica aqui o meu reconhecimento a capacidade de diálogo do deputado Getúlio. O governo tem concordância com o relatório dele, vamos votar com o relator”, disse.

O deputado Subtenente Eliabe (SDD) aproveitou o momento para fazer reivindica-



Do montante da LOA de 2023, aproximadamente R\$ 14,58 bilhões são do orçamento Fiscal e cerca de R\$ 3,41 bilhões do orçamento da Seguridade Social

ções para a Segurança Pública, mais especificamente para a formação dos aprovados no concurso da Polícia Civil do RN. No Plenário, estavam presentes representantes dos profissionais da Segurança.

Já o deputado Tomba Farias (PSDB) apontou uma “falta de diálogo” com o Governo do Es-

tado. “Mais uma vez, tivemos temas chegando de última hora, a gente não tem direito de discutir. Que o governo mande a matéria de forma antecipada da próxima vez”, pontuou.

Na sua justificativa, o governo defende que a peça orçamentária foi formulada com transparência, apontando um

quadro realista e condizente com a situação financeira do Estado e que não esconde o quadro delicado das contas públicas do Estado, que reduziu o déficit orçamentário em cerca de R\$ 230 milhões.

Nos anexos da mensagem governamental as ações encartadas encontram-se organiza-

das por programas de governo e demonstram alocação de recursos em plena consonância com as diretrizes estratégicas e os macro objetivos previstos no Plano Plurianual para o Quadriênio 2020-2023 e com as metas e prioridades integradas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/ 2023).



Aprovação do orçamento ocorreu dentro do planejado, diz Tomba Farias

Presidente da Comissão de Finanças avaliou processo dentro da normalidade e destacou importância da LOA

Aprovado nesta quinta-feira 15 pela Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF) da Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 226/2022

(PLOA-2023) avançou dentro da normalidade que se esperava para o processo, segundo o deputado Tomba Farias (PSDB), presidente da CFF. O projeto, que estima a receita e fixa a

despesa do Estado para o exercício financeiro do próximo.

Relatado pelo deputado Getúlio Rêgo (PSDB), a peça foi elaborada pela governadora Fátima Bezerra (PT) e analisa-

da pelos parlamentares. A tramitação foi avaliada por Farias. “O trâmite foi normal, dentro daquilo que estava sendo planejado, tivemos a preocupação do orçamento que não teve ne-

nhum questionamento em relação ao governo. O governo votou em tudo que foi colocado no orçamento para este ano, até porque a gente não tem interesse de dificultar o funcionamen-

to da gestão. A gente vota de acordo com aquilo que é bom para o governo”, afirmou.

Segundo o presidente da Comissão, a celeridade ajuda os parlamentares na alocação de verbas e também no melhor uso do dinheiro público no exercício de 2023. “Esse orçamento é o que a governadora vai governar em 2023. Como a gente teve a preocupação de não querer dificultar, foi acordado e o próprio governo votou. Isolda tem assento, Hermano tem assento, foi aprovado de acordo com o que foi relatado por Getúlio Rego. Acho que está muito tranquilo”, comentou.

Questionado sobre as prioridades do Governo para 2023, Tomba foi enfático: “O governo tem que realizar o que prometeu em praça pública. Disse que o melhor estava por vir, então nós vamos aguardar”.

O PLOA COMPREENDE: Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta; Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta; e Orçamento de Investimentos das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 17.997.791.000,00 (dezessete bilhões, novecentos e noventa e sete milhões e setecentos e noventa e um mil reais) que será distribuída em R\$ 14.582.030.000,00 (quatorze bilhões, quinhentos e oitenta e dois milhões e trinta mil reais) do Orçamento Fiscal; e R\$ 3.415.761.000,00 (três bilhões, quatrocentos e quinze milhões e setecentos e sessenta e um mil reais) do Orçamento da Seguridade.

O valor de R\$ 2.081.272.000,00 (dois bilhões, oitenta e um milhões e duzentos e setenta e dois mil reais), incorporado na receita total prevista, é definido como receita intra orçamentária, por se tratar de operações entre órgãos integrantes dos orçamen-



Tomba Farias é presidente da Comissão de Finanças

tos Fiscal e da Seguridade Social.

A despesa fixada é de R\$ 18.232.619.000,00 (dezoito bilhões, duzentos e trinta e dois milhões e seiscentos e dezenove mil reais) compreendendo R\$ 10.466.619.000,00 (dez bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões e seiscentos e

dezenove mil reais) para o Orçamento Fiscal; e também R\$ 7.766.001.000,00 (sete bilhões, setecentos e sessenta e seis milhões e um mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Na proposta orçamentária 2023, o Governo solicita autorização para abrir créditos su-

plementares ao seu orçamento, durante o exercício financeiro do próximo ano, até o limite correspondente a 15% (quinze por cento) do total das despesas fixadas no artigo 4º da LOA, excetuando-se deste limite os créditos suplementares decorrentes de emendas parlamentares.

Presidida pelo deputado Tomba Farias, a reunião contou com a presença dos deputados Francisco do PT (suplente da comissão), Nélder Queiroz, Isolda Dantas (PT), Coronel Azevedo (PL), Subtenente Eliabe (SDD), José Dias (PSDB) e Hermano Moraes (PV).



Todos os 24 deputados apresentaram emendas

Orçamento tem 346 emendas parlamentares impositivas

Emenda individual terá valor de R\$ 3,2 milhões, além de quase R\$ 300 mil por parlamentar para a área da saúde

As emendas são instrumentos para que os deputados estaduais indiquem ações, projetos e obras que o governo é obrigado a executar dentro do orçamento es-

tadual. Em 2021, os deputados estaduais apresentaram mais de 400 emendas individuais impositivas. Neste ano, foram apresentadas 346 emendas impositivas. Além disso, foram en-

cartadas 29 não impositivas.

O deputado Getúlio Rêgo (PSDB), relator da matéria, enalteceu a iniciativa dos parlamentares na destinação de recursos. “Um ponto a destacar é

relativo às emendas parlamentares. Durante a tramitação, foram apresentadas 346 emendas individuais de despesas gravadas pela impositividade. Foram apresentadas pelos 24 depu-

tados emendas parlamentares individuais sem esse gravame, mas fruto de composição política entre governo e oposição”.

A emenda individual terá valor de R\$ 3,2 milhões, além de



Foram apresentadas e acolhidas cinco emendas de texto, sem repercussão na despesa



Na análise das emendas, foram observados os critérios estabelecidos na Constituição

aproximadamente R\$ 300 mil por parlamentar para a área da saúde, oriundo de emenda de bancada. Totalizando, portanto, cerca de R\$ 3,5 milhões por cada parlamentar.

Foi apresentada uma emenda coletiva de bancada na ordem de R\$ 7 milhões para a realização de cirurgias vasculares. Foram apresentadas e acolhidas cinco emendas de texto, sem repercussão na despesa. Não foi apresentada emenda de receita. “As emendas de despesas apresentadas são, na maioria, destinadas a obras de infraestrutura, pavimentação, drenagem, trechos rodoviários, habitação, turismo, estrutura de esporte e lazer, ampliação de reformas de unidades de saúde, e sobre prestação de serviços, há foco na distribuição de medicamentos, defesa da cidadania e alocação de recursos para instituições de reconhecido interesse público”, frisou o relator.

O relatório foi aprovado à unanimidade dentro da Comissão de Finanças. Getúlio explicou que, através das emendas individuais, serão destinadas principalmente às obras de infraestrutura, como pavimentação, drenagem, ampliação e reforma de unidades de saúde, destinação de recursos para instituições de reconhecido interesse público, entre outras áreas que incluem municípios não contemplados com a proposta original.

“Ressalto que na construção

da Lei de 2023 essa Casa deu imenso salto qualitativo no processo legislativo de orçamentação. Falo do consenso construído com Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023, que deve ser normatizado para se tornar constante no que se refere a estabelecer valor mínimo para apresentação de emenda parlamentar ao Orçamento e a limitação do número de emendas a serem apresentadas por

cada deputado - resguardadas as prerrogativas regimentais da possibilidade de emendas coletivas de bancada ou comissão”, observou Getúlio Rêgo.

Na análise das emendas parlamentares, foram observados os critérios objetivos estabelecidos na Constituição. “Primeiro, a soma da fonte de redução deve ser igual a soma das mesmas no acréscimo. Segundo, a reserva de contingência deve

obedecer ao percentual estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021. Terceiro, não é permitida a redução nas ações que usem fontes de operação de crédito ou vinculados. Quarto, os recursos diretamente arrecadados somente podem ser alterados dentro do mesmo órgão”, disse o parlamentar.

Ainda durante a discussão da matéria, o deputado Nelter Queiroz (PSDB) solicitou que

fosse colocado em destaque para discussão uma emenda no valor de R\$ 50 milhões para a Estrada da Produção, importante para os municípios da região Seridó potiguar. Após acordo, a emenda passou para R\$ 20 milhões. Haverá ainda um debate para decidir de onde será remanejada esta verba de R\$ 20 milhões, a tempo de ser incluída pela Comissão de Finanças na redação final do Orçamento.



Emenda de R\$ 7 milhões foi apresentada para a saúde



Getúlio Rêgo pediu mais recursos para a saúde

Saúde: emenda de R\$ 7 milhões irá para a realização de cirurgias vasculares no Rio Grande do Norte

Proposta do deputado Getúlio Rêgo (PSDB), relator do Orçamento, foi acatada pelos demais parlamentares

O Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 2023 foi analisado pelos deputados e Getúlio Rêgo (PSDB), pelo segundo ano consecutivo, foi o relator da

Lei Orçamentária Anual para o Rio Grande do Norte. O parlamentar foi confirmado pelo presidente da Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF) da Assembleia Legislativa, deputa-

do Tomba Farias (PSDB).

É responsabilidade da Comissão de Finanças e Fiscalização deliberar sobre aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições

quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

Segundo Getúlio, aconteceu uma negociação para o Governo

do Estado estabelecer parâmetros para permitir as emendas dos parlamentares. O relator também propôs que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, de forma consensual entre todos os

parlamentares, destine emendas para a regularização da fila de cirurgia vascular no Estado. Segundo o deputado, com dados da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), é possível calcular os valores necessários para que o Legislativo destine recursos suficientes ao setor.

Getúlio ressaltou que a equipe poderia ter tido maior tempo hábil para analisar o Orçamento, mas que o acordo político para o Governo do Estado estabelecer parâmetros e permitir as emendas dos parlamentares foi essencial para a aprovação. Confira na entrevista:

Como a Casa recebeu o orçamento de 2023?

Getúlio Rêgo - Recebeu com o sentimento de uma obrigação Legal, Constitucional, da chefia do poder Executivo encaminhar a sua proposta prevendo as receitas e despesas para o exercício de 2023. Infelizmente o governo retardou as informações necessárias para construção do relatório. Enviou a reserva corrente líquida em um valor bem abaixo daquilo que possibilitaria as emendas impositivas dos deputados estaduais. Em função disso, foi construído um pacto político, conversando com a secretaria de Planejamento e o líder do governo, deputado Francisco do PT, para buscar alternativas que dessem condições técnicas de podermos relatar a matéria ainda nesta quinta. Isto foi feito e salvou a situação, porque nós tivemos que remanejar recursos no valor de R\$ 300 mil para cada parlamentar membro desta Casa, a fim de que retirando da parte impositiva, pudesse fazer individualmente uma emenda coletiva junto à Comissão de Finanças. Essa construção foi exitosa e nós tivemos a oportunidade, em tempo recorde, de construir esse relatório para apresentar na Comissão e também no Plenário.

Se as informações tivessem chegado antes, poderia atender melhor às expectativas da Casa?

Getúlio Rêgo - Sem dú-

vidas teria tido um tempo muito maior para produzir um relatório que refletisse para a sociedade todas as rubricas orçamentárias. Esperamos que em oportunidades futuras, o governo cumpra o prazo constitucional e envie à ALRN o projeto original com antecedência. Em função de ser um ano eleitoral, a ALRN aguardou o pedido de informações adicionais a fim de possibilitar, juridicamente, a feitura do orçamento.

O senhor poderia dar exemplos de emendas?

Getúlio Rêgo - Foram cerca de 350 emendas parlamentares individuais impositivas. E uma parte do recurso destinado às emendas parlamentares, por volta de R\$ 300 mil de cada parlamentar, foi feita para poder cumprir o que determina a Constituição em relação à reserva de contingência que o governo mandou menor. Essas emendas vão ser pagas em abril, conforme compromisso com o governo, e serão destinadas à saúde.

O senhor fez uma proposta para que todos os deputados destinassem recursos para regularizar a fila de cirurgias vasculares. Isso foi aprovado?

Getúlio Rêgo - Está aprovado. Foi uma emenda de R\$ 7 milhões para tirar a população mais humilde do RN da dor, do sofrimento e até de sequelas irreversíveis em função de patologias vasculares periféricas. Ao invés de amputar um dedo do pé, amputa o pé, a perna. Até com a real possibilidade de ir a óbito, como aconteceram alguns casos no RN. Acho que os recursos para a saúde deveriam ser bem mais amplos a fim de retirar esse sofrimento das filas, elas não são nunca atendidas. As pessoas sofrem, descem, morrem, mas não tem recurso para financiar a saúde. E a saúde custa caro. Precisamos regularizar a fila de cirurgia vascular no Estado.



Getúlio Rêgo (PSDB), pelo segundo ano consecutivo, foi o relator da Lei Orçamentária Anual para o Estado do RN



Assembleia Legislativa lança Revista 2022 e destaca tricampeonato do Prêmio Unale

Com 68 páginas, revista será lançada nesta sexta-feira 16 e trará destaques do Legislativo potiguar

SEGURANÇA E INOVAÇÃO

A AL tá on!

MODERNIZAÇÃO DO LEGISLATIVO POTIGUAR TEM SIDO META DA GESTÃO DESDE 2015



Tecnologia pioneira entre as casas legislativas do País oferece controle de acesso ao Plenário, conferindo agilidade e segurança ao trâmite e deliberações no pleno

As inovações na gestão dentro da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte têm sido a marca da Casa nos últimos anos. Em junho de 2022 foi implantado o novo processo de votação presencial utilizando a tecnologia de reconhecimento facial como controle de acesso ao sistema Legis Plenário. Esta função aumenta o nível de segurança da ferramenta, porém, não é única ou obrigatória, uma vez que ainda é possível realizar o acesso através do método convencional. A novidade chegou junto ao novo layout do painel eletrônico, que facilita o

acompanhamento de todas as fases da sessão.

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), destaca a expansão do trabalho de modernização da Casa. "Inauguramos o reconhecimento facial de segurança biométrica para que os parlamentares conferencem sua identidade através da análise de suas características físicas. Nossa equipe do setor de Gestão Tecnológica, com a excelência no trabalho, através da criação de sistemas e softwares premiados em todo Brasil,

apresenta mais essa inovação que é motivo de muito orgulho para toda a nossa equipe", avalia.

De acordo com o diretor de Gestão Tecnológica da Assembleia Legislativa, Mário Sérgio Gungel, esse é o "terceiro momento do plenário". E explica: "O primeiro aconteceu durante a pandemia, quando desenvolvemos o Sistema de Deliberação Remota (SDR), e o atual, o retorno com a modernização do plenário presencial, deixando-o híbrido e permitindo ao deputado ter o mesmo acesso ao sistema seja na modalidade remota ou presencial".

A nova aplicação facilita o gerenciamento da sessão, registrando todo o seu andamento no painel e no sistema. "Essa tecnologia do reconhecimento facial é relativamente nova e a equipe se dedicou para colocar essa facilidade de acesso para os parlamentares, tudo interligado ao sistema e-Legis", fala o coordenador de gestão de projetos e desenvolvimento de sistemas, Sefano Rosenbergh.

"São diversas funcionalidades e inovações, fazendo com que os parlamentares e toda a sociedade tenham acesso ao que está ocorrendo em tempo real, além de economia de papel e tempo gastos pela Casa no encaminhamento das matérias", explica Mário Sérgio.

TECNOLOGIA AO ALCANCE DE TODOS

Nos últimos anos, a Assembleia Legislativa do RN apresentou o sistema e-Legis a outras casas legislativas do país para compartilhar ferramentas tecnológicas desenvolvidas pela equipe de tecnologia da informação do parlamento potiguar. A Assembleia Legislativa de São Paulo foi a primeira a aderir. Em 2020, a casa paulista implantou a ferramenta Legis RH, voltada à gestão dos recursos humanos e uma das mais eficientes e premiadas do país no âmbito do Legislativo. Em

2021, foi a vez da Casa Legislativa de Santa Catarina, que também já demonstrou interesse na ferramenta Legis Plenário para o gerenciamento das reuniões.

Além destes estados, o Legis RH encontra-se também em fase de homologação dos dados na Câmara Municipal de Pamuní (RN). A ferramenta é responsável pelo processamento da folha de pagamento e controle do cadastro de servidores.

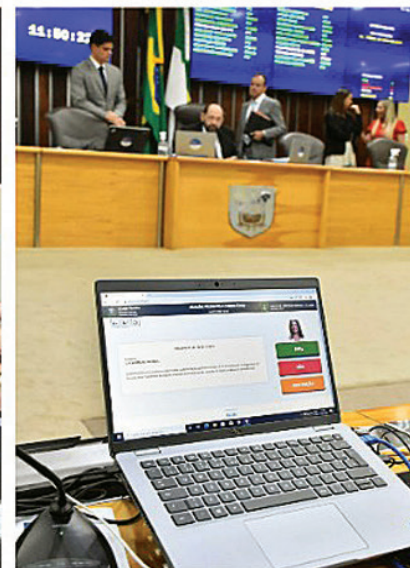
Outra ferramenta desenvolvida pela equipe de tecnologia da Assembleia do RN e que vem sendo desejada por outras casas legislativas é o sistema Legis Vídeo, plataforma digital que armazena e disponibiliza todas as sessões ordinárias, extraordinárias, volantes, audiências públicas, fontes parlamentares e notícias de conteúdos. A ferramenta também conta com um recurso de edição, que permite ao internauta segurar e fazer o download somente do trecho desejado. Além disso, a busca tem

seu acesso a qualquer usuário.

A ferramenta encontra-se em fase de implementação na Câmara Municipal de Bauri (SP). A expectativa é que a plataforma entre em funcionamento ainda em 2022.

E-LEGIS

Entre as ferramentas desenvolvidas pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, ganha destaque o e-Legis, sistema eletrônico desenvolvido para gerenciar todo o ciclo do processo legislativo, tomando o totalmente eletrônico desde a concepção das proposições nos gabinetes parlamentares até a sua votação nas sessões plenárias. Em 2021, o sistema conquistou o prêmio União na categoria gestão e segurança, na qual a oportunidade, o título de bicameral para o Legislativo potiguar.



A Assembleia Legislativa do RN lança, nesta sexta-feira 16, mais uma edição da revista anual. Dentre os destaques deste ano ao longo das suas 68 páginas, está o tricampeonato da Unale (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais), na categoria Gestão, com o sistema Legis Plenário. A conquista ocorreu em novembro, na cidade de Recife/PE.

"A nossa revista anual é uma prestação de contas onde a população do Estado pode conhecer um pouco mais dos trabalhos desenvolvidos no Legislativo. Para o leitor, é uma oportunidade de conhecer as novas leis, os principais assuntos debatidos nas comissões e audiências, as ações da Casa e as diretrizes de trabalho propostas e executadas no Planejamento

Estratégico", explicou o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

Também em destaque no periódico a doação, por parte da Assembleia Legislativa, de equipamentos de tecnologia para a Segurança Pública do Estado, em junho deste ano. Na ocasião, o presidente Ezequiel Ferreira assinou convênio com as polícias Civil e Militar para a doação dos materiais. Foram repassados kits de informática à Corregedoria Geral de Segurança Pública do Rio Grande do Norte.

E o assunto mais comentado nas redes sociais da ALRN, o concurso público do Legislativo Norte-Rio-Grandense não poderia ficar de fora da publicação. Mais de 33 mil pessoas se inscreveram para disputar as 47 vagas, distribuídas entre

Analista Legislativo (24), com exigência de nível superior, e Técnico Legislativo (23), para nível médio. O certame foi realizado em 25 de setembro e ocorreu sem incidentes, tendo sua organização elogiada pelos candidatos.

Dentre as matérias que se tornaram leis ao longo de 2022, a chamada "Nova Lei do Gás" foi uma das mais importantes para a sociedade potiguar, já que o RN é um dos maiores produtores desse combustível fóssil, no Brasil. A norma definiu novas regras para os serviços de distribuição de gás canalizado no Estado e foi construída através de debates com a sociedade civil e representantes da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte.

A revista anual da Assem-

bleia Legislativa do RN dá ênfase também às campanhas institucionais da Casa, a partir de 2015. Ao longo desses últimos oito anos, assuntos como adoção de crianças, autismo, doação de sangue, alienação parental, violência doméstica, abuso infantil, dentre outros, estiveram em destaque na mente e na rotina dos servidores, parlamentares e de toda a sociedade potiguar. A conscientização sobre o Alzheimer, uma das doenças mais preocupantes da atualidade, foi o tema que concluiu o ciclo da legislatura nas campanhas do Legislativo em 2022.

"A equipe de Comunicação se dedica a apresentar na Revista Anual da Assembleia o que existe de mais interessante nos bastidores da Casa, sem abrir mão do conteúdo legislativo. Com a ampliação e o incre-

mento da atuação nos meios de comunicação, o Poder Legislativo tem o seu trabalho acompanhado cada vez mais pela população através da TV, Rádio e redes sociais e agora também na revista", destaca a coordenadora de Comunicação Social, Gerlane Lima, elogiando a atuação dos repórteres da Diretoria de Comunicação.

A revista anual do Legislativo percorre, ao longo das páginas, inúmeros temas de interesse da sociedade potiguar, prestando contas da atividade parlamentar durante o ano. Além da edição impressa, a publicação conta com uma versão online, que pode ser acessada pela população através do site da Assembleia Legislativa do RN, no endereço www.al.rn.leg.br/portal/revistas, que contém ainda as edições anteriores do periódico.



ALRN entrega medalhas do Mérito Legislativo a personalidades de destaque

Sessão Solene que entrega a maior honraria da Assembleia ocorre anualmente

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte realiza nesta sexta-feira 16, às 9h, a solenidade de entrega das medalhas do Mérito Legislativo, Social, Educacional, Esportivo e Cultural em reconhecimento aos potiguares que contribuíram para o desenvolvimento do Estado. A Sessão Solene que entrega a maior honraria da Assembleia ocorre anualmente na Casa Legislativa.

“Esse é um momento especial onde a Casa do Povo reconhece nomes tão importantes

para o nosso Estado. Serão homenageadas personalidades que contribuíram de maneira destacada para o crescimento e desenvolvimento do Rio Grande do Norte”, ressaltou o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB).

A Medalha do Mérito Social “Maria do Céu Fernandes” reconhece a mulher que tenha se dedicado à causa social. A Medalha do Mérito Legislativo, é direcionada às pessoas que comprovadamente tenham oferecido contribuições de rele-



ALRN realiza nesta sexta-feira 16 a solenidade de entrega das medalhas

vância para o desenvolvimento do Estado.

O Mérito Cultural “Câmara Cascudo”, por sua vez, destina-se ao reconhecimento do trabalho para a manutenção das tradições potiguares e fomento da cultura. Já a Medalha do Mérito Educacional “Noilde Ramalho” será entregue a quem tem serviços prestados na educação. A medalha do Mérito Esportivo “Marinho Chagas” reconhece as pessoas que contribuíram para o esporte potiguar na temporada. Cada deputado indica um homenageado.

Homenageados:

Mérito Social

- Desembargadora Maria de Lourdes Medeiros de Azevedo

Direitos humanos

- Desembargador Eridson João Fernandes Medeiros

- Iolanda Gomes de Assis (in memoriam)

- Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros

Mérito Esportivo

- Francisco de Assis Ciríaco dos Santos

- Ana Cláudia Araújo de Albuquerque
- Silvio Romero Alves Machado

Júnior

Mérito Segurança

- Cel. Alarico José Pessoa Azevedo Junior

- Subtenente Márcia de Carvalho Fernandes

- Soldado Fernando Gleff Miranda Batista

- Francisco Canindé de Araújo Silva

Mérito Cultural

- Manoel Onofre de Souza Júnior

- Augusto James Pinto Mafaldo

- Sônia Maria Fernandes Faustino

- Marlene Galvão (In Memoriam)

- Mestre Ambrósio Córdula

Mérito Legislativo

- Gustavo Montenegro Soares

- Hilkea Carla de Souza Medeiros Lima

- Jair Messias Bolsonaro

- Dr. Manoel Marques de Melo

- José Mádsen Vidal da Costa

- Mérito Educacional

- Helena Varela de Araújo

- Maria da Conceição Crisóstomo de Medeiros Gonçalves Matos Flores

- Giuseppe da Costa

- Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro

- Mário Sérgio de Oliveira



Imprensa elege Isolda Dantas Parlamentar do Ano e Getúlio Rêgo Parlamentar da Legislatura

Anúncio das eleições foi feito pelo presidente Ezequiel Ferreira (PSDB) na sessão ordinária da última terça-feira 13

Os jornalistas que atuam nos jornais, rádios, TVs, blogs e sites e que fazem parte do Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa elegeram, na última terça-feira 13, a deputada Isolda Dantas (PT) como a Parlamentar do Ano de 2022, com 27 votos e o deputado Getúlio Rêgo (PSDB) como Parlamentar da 62ª Legislatura, com 28 votos dos 39 válidos. Estavam aptos a votar 42 jornalistas.

“Estou muito honrada em receber essa homenagem. Quando fui eleita deputada me comprometi com o povo desse

Estado e tenho dedicado minha vida a esse desafio. Ser eleita parlamentar do ano é uma alegria imensa. Quero aqui agradecer a todos os jornalistas pela eleição”, agradeceu Isolda

O deputado Getúlio Rêgo, recebeu a notícia com emoção e agradeceu aos jornalistas os votos recebidos. “Foram quase 40 anos dedicados ao povo do Rio Grande do Norte. Hoje recebo a notícia da minha eleição como Parlamentar da 62ª Legislatura com muita honra e a sensação de dever cumprido e com o coração cheio de grati-

ção”, disse Getúlio.

O anúncio das eleições foi feito pelo presidente Ezequiel Ferreira (PSDB) durante a sessão ordinária dessa terça-feira e celebrado pelos deputados presentes.

Também receberam votos dos jornalistas - para Parlamentar do Ano - os deputados Francisco do PT (6), Getúlio Rêgo (3), Ezequiel Ferreira (1), Tomba Farias (1) e Galeno Torquato (1). Já para o Parlamentar da 62ª Legislatura, receberam votos Francisco do PT (3), Isolda Dantas (3), Kleber Rodrigues (2), Galeno Torquato (1), George Soares (1) e

Subtenente Eliabe (1).

“Esse ano tivemos uma participação expressiva e mais uma vez os jornalistas escolheram os parlamentares, que tiveram uma boa performance. Hoje a deputada Isolda Dantas e Getúlio Rêgo. Não quer dizer que os demais deputados não tiveram uma boa participação, mas esse ano só dois poderiam ser eleitos, e estes representam toda a Assembleia”, disse Oliveira Wanderley, presidente do Comitê de Imprensa, responsável pelo processo eleitoral.

A entrega da placa do Parla-

mentar do Ano e do Parlamentar da Legislatura acontece nesta sexta-feira (16).

A eleição se realiza desde o ano de 1972, quando o primeiro eleito pelos jornalistas foi o ex-deputado Roberto Furtado. De acordo com as regras do Comitê, todos os jornalistas que realizam a cobertura jornalística das atividades legislativas têm direito ao voto para escolher o parlamentar que mais se destacou durante o ano. No final de quatro anos, é escolhido o deputado que mais se destacou na Legislatura.



ART&C

O ALZHEIMER APAGA HISTÓRIAS CUIDE-SE.

No Brasil, mais de 100 mil novos casos de Alzheimer são diagnosticados por ano. A doença pode ter causa hereditária, mas os hábitos também influenciam. Por isso, é essencial optar por uma dieta equilibrada, fazer exercícios físicos e consultar o seu médico regularmente.

@assembleiarn



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa